

1



2

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

3

Nº03/2025

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

15/04/2025

1 Ao décimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, de forma presencial.
3 Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Magda Helena Pizoni Nascimento (Gabinete
4 do Prefeito); Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social); Luciana
5 Colombo de Freitas (Secretaria de Assistência Social); Cassiana Nunes Cunha (Secretaria
6 do Sistema de Educação); Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde); Cíntia Goudinho
7 Barbosa (Procuradoria-Geral do Município); Fabíola Bittencourt dos Santos Coelho
8 (Representante de Órgão Público que disponha sobre a Promoção de Igualdade Social –
9 COPIRC); Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar); Jessica Soares Colere (Comissão
10 Mulher da OAB); Natalia Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma –
11 GAPAC); Sandra Mara Machado de Souza (Rede Feminina de Combate ao câncer); Nádia
12 de Souza Paz (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC); Rindalta
13 Das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul De Santa
14 Catarina – JUDECRI); Rosélia Tertuliano (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
15 de Criciúma); Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI); Maria Estela
16 Costa da Silva (Representante do Movimento Negro Organizado que aborde
17 especificamente a temática de Gênero). Convidada: Sarita Felizardo Assis Pacheco (OAB
18 Por Elas). A Presidente Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com
19 Deficiência da Região Sul De Santa Catarina – JUDECRI) iniciou a reunião saudando
20 todos os presentes. Em seguida, foi feita a verificação do quórum e ressaltada a importância
21 da assinatura da Ata nº 02/2025. Posteriormente, a Presidente apresentou às conselheiras
22 sua proposta de planejamento das ações para o ano, com o objetivo de realizar um
23 diagnóstico do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, abordando suas
24 conquistas, necessidades e anseios. Considerando as recentes alterações na composição do
25 Conselho, a Presidente solicitou a apresentação individual das conselheiras. Na sequência,
26 procedeu com a apresentação das entidades eleitas para a atual gestão. A Presidente deu
27 continuidade à reunião tratando dos “Informes” antes de retomar as deliberações. Informou
28 que duas conselheiras entraram em contato com ela para tratar sobre suas retiradas do
29 Conselho. Em resposta, esclareceu que tais decisões são de responsabilidade da
30 Coordenação dos Conselhos, e que a substituição já havia sido discutida anteriormente em
31 reuniões, uma vez que a entidade representada por elas — Movimento Mulher — não vinha
32 participando das atividades do Conselho. Em decorrência disso, a entidade foi substituída
33 pela Rede Feminina e pela AFASC – Associação Feminina de Assistência Social de



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

34 Criciúma. Diante da situação, a Presidente questionou às conselheiras se deveria
35 encaminhar as atas em que constam as decisões tomadas em relação às faltas. A conselheira
36 Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI) propôs, como alternativa, que
37 fosse enviado às conselheiras o relatório de faltas, formalizando que, conforme o Estatuto,
38 o limite de ausências foi ultrapassado, o que resultou na exclusão da entidade do Conselho.
39 Como contraproposta, a conselheira Jessica Soares Colere (Comissão da Mulher – OAB)
40 sugeriu o envio apenas do trecho da ata em que se registra a discussão entre as conselheiras
41 sobre o referido caso. A respeito do retorno da Rede Catarina, a conselheira Magda Helena
42 Pizoni Nascimento (Gabinete do Prefeito) informou que a volta está prevista, porém ainda
43 não houve o encaminhamento de um representante, pois a entidade está avaliando a
44 possibilidade de indicar um homem, o que gerou questionamentos. A conselheira Edla
45 Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social) esclareceu que a Rede Catarina é
46 fundamental para a Polícia Militar e que seus representantes atuam em dupla, composta por
47 um homem e uma mulher. Sendo assim, para que a entidade retorne ao Conselho, seria
48 necessária a participação do representante masculino. Assumindo a fala, a conselheira
49 Maiara destacou que situação semelhante ocorrerá com a Delegacia de Proteção à Criança,
50 Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI. Ela lembrou que a conselheira Samira
51 Mafioletti Macarini Frizon deixará o cargo na metade do ano e que, em seu lugar, assumirá
52 um psicólogo do sexo masculino. Em resposta, a conselheira Maria Estela Costa da Silva,
53 representante do Movimento Negro Organizado com foco na temática de Gênero, pontuou
54 que a DPCAMI não precisa, necessariamente, indicar um homem como seu representante.
55 Assumindo a fala, a Presidente Rindalta sugeriu que o tema seja incluído em uma pauta
56 futura, ressaltando que, no momento, as conselheiras devem concentrar-se na discussão do
57 Regimento Interno. Ela reforçou ainda que o apoio dos homens é fundamental nas lutas das
58 mulheres e que, por isso, eles devem compreender e acompanhar as dificuldades
59 enfrentadas, bem como os temas debatidos nas reuniões. Em resposta a um questionamento,
60 a Presidente Rindalta esclareceu que, primeiramente, é necessário revisar e ajustar o
61 Estatuto. Ressaltou também a importância de que todas estejam de posse das Leis e do
62 Estatuto do Conselho, para que possam trabalhar com base nesses documentos, tendo em
63 mente sua relevância para o bom funcionamento do colegiado. As conselheiras discutiram
64 os nomes a serem indicados para compor a Comissão, considerando os critérios e a
65 disponibilidade das participantes. Após o debate, a Presidente Rindalta sugeriu que fosse
66 proposto, no grupo, um dia que atendesse à maioria, a fim de dar início aos
67 encaminhamentos necessários. Com o encerramento desse ponto, conduziu a reunião para a
68 pauta seguinte, referente ao planejamento das ações do ano. Solicitou, então, que as
69 conselheiras manifestassem suas sugestões quanto a melhor data para a realização dessa
70 atividade. Em consenso, foi definido que o planejamento ocorrerá na próxima reunião do
71 Conselho. A conselheira Fabíola Bittencourt dos Santos Coelho (Representante de Órgão
72 Público que disponha sobre a Promoção de Igualdade Social – COPIRC), propôs que, assim



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

73 como foi desenvolvido um fluxograma voltado para as mulheres, seja também elaborado
74 um para os homens. Destacou que o trabalho realizado foi bonito e bem estruturado, o que
75 poderia gerar impacto positivo também no público masculino. Informou, ainda, que levou
76 essa proposta ao Gabinete do Prefeito, que demonstrou concordância e manifestou apoio à
77 iniciativa, indicando que a ação seja implementada com os servidores homens do Paço
78 Municipal. Ainda informou que poderá ser articulada uma conversa com o Governo
79 Municipal para mobilizar a ação e viabilizar sua execução. A conselheira Maiara
80 questionou se já havia sido implementada alguma iniciativa de conscientização nas escolas.
81 Em resposta, a conselheira Cassiana Nunes Cunha, representante da Secretaria do Sistema
82 de Educação, explicou que a pauta foi levantada no ano anterior e que o Estado havia
83 iniciado sua implementação, com a previsão de posteriormente, estendê-la aos Municípios.
84 No entanto, comprometeu-se a buscar esclarecimentos e obter informações mais recentes
85 sobre o andamento da ação. A conselheira Fabíola prontificou-se a informar as demais
86 conselheiras sobre a Audiência Pública realizada no dia 20 de março, convocada pela
87 vereadora Giovana Mondardo. Durante a audiência, anunciou que o prefeito Vagner
88 Espíndola assumiu o compromisso de inaugurar o “Abrigo Florescer”. A fala foi passada à
89 conselheira Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar), que destacou que uma das
90 prioridades do Conselho é a criação de uma casa de abrigo para mulheres. Comentou
91 também sobre a situação dos abrigos onde as crianças têm sido acolhidas, apontando a
92 ausência de grades nas janelas e alertando para as possíveis consequências que essa
93 vulnerabilidade pode ocasionar. Foi solicitado que se buscasse um consenso, considerando
94 as vulnerabilidades enfrentadas, para agendar uma data com o objetivo de apresentar as
95 demandas à secretária de Assistência Social e Habitação, Caroline Sônego Spillere. Na
96 ocasião, a conselheira Maiara questionou a conselheira Fabiana sobre qual seria a forma
97 mais adequada de cobrar a instalação das redinhas. Em resposta, Fabiana explicou que o
98 principal impasse é a falta de recursos financeiros e que, caso os mesmos fossem obtidos, a
99 instalação poderia ser realizada prontamente. No entanto, para intensificar a reivindicação,
100 as conselheiras podem realizar visitas aos locais, identificar as necessidades de melhoria e,
101 a partir dessas observações, elaborar um documento embasado que respalde a demanda. A
102 Presidente Rindalta passou a palavra à convidada Sarita Felizardo Assis Pacheco,
103 representante do projeto OAB Por Elas, solicitando que informasse sobre as ações em
104 andamento. Ao tomar a palavra, Sarita destacou a proposta de expansão do projeto para os
105 municípios de Cocal do Sul e Içara, bem como o acompanhamento oferecido às vítimas,
106 desde o atendimento inicial até o encaminhamento ao destino final — seja para casas de
107 acolhimento ou junto a familiares. Após esse processo, é realizada a articulação com o
108 Judiciário, por meio da interlocução com juízes, para a formalização da medida protetiva.
109 Propôs, ainda, que o Conselho da Mulher atue de forma itinerante, com o objetivo de
110 realizar visitas às comunidades periféricas. Nessas ocasiões, seriam apresentadas as ações
111 desenvolvidas pelo Conselho, além de se promover a escuta ativa das mulheres locais, a fim



11 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

12

112 de levantar um diagnóstico real de suas demandas e vulnerabilidades. Prosseguindo com os
113 assuntos em pauta, a conselheira Magda sugeriu que o Regimento seja disponibilizado no
114 grupo de Whatsapp do Conselho, para que cada conselheira possa realizar a leitura, análise
115 e, se necessário, propor alterações. Após a finalização da próxima reunião, a Comissão
116 deverá se reunir para debater as sugestões apresentadas e discutir as possíveis mudanças no
117 documento. Os conselheiros propõem a substituição da Câmara de Vereadores do
118 Município como local de reuniões, sugerindo, como alternativa, a colaboração da Defesa
119 Civil. Ainda sobre o Regimento Interno, a conselheira Magna propôs mudanças na redação
120 do documento, removendo, com a concordância das conselheiras, trechos considerados
121 redundantes ou que não contribuem de forma efetiva para a clareza e objetividade do texto.
122 Explicou, ainda, que, assim como ela procedeu, as demais conselheiras também deverão
123 propor alterações, caso identifiquem a necessidade de ajustes adicionais. Partindo para a
124 conclusão da reunião, a Presidente Rindalta destacou sua satisfação com a produtividade
125 alcançada nos temas discutidos. Ela mencionou que, caso surja alguma demanda urgente,
126 poderá ser convocada uma sessão extraordinária para dar continuidade aos trabalhos. Por
127 fim, agradeceu o engajamento e a participação ativa de todas as conselheiras. Sem mais
128 nada a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, e eu, Isadora Rabelo Celso, lavrei-a
129 presente ata, que após lida e aprovada, será por todos os presentes assinadas.

130

131 Magda Helena Pizoni Nascimento (Gabinete do Prefeito);

132 Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social);

133 Luciana Colombo de Freitas (Secretaria de Assistência Social);

134 Cassiana Nunes Cunha (Secretaria do Sistema de Educação);

135 Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde);

136 Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do Município);

137 Fabíola Bittencourt dos Santos Coelho (Representante de Órgão Público que disponha
138 sobre a Promoção de Igualdade Social – COPIRC);

139 Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar);

13



14

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

15

140 Jessica Soares Colere (Comissão Mulher da OAB);

141 Natália Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC);

142 Sandra Mara Machado de Souza (Rede Feminina de Combate ao Câncer);

143 Nádia de Souza Paz (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC);

144 Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul De
145 Santa Catarina – JUDECRI);

146 Rosélia Tertuliano (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma);

147 Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI);

148 Maria Estela Costa da Silva (ONG de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência
149 – MUNMVI).